

APRESENTAÇÃO, 17

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO, 19

PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO, 21

PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO, 22

PREFÁCIO DA 4ª EDIÇÃO, 23

CAPÍTULO 1 – CIÊNCIA POLÍTICA

1. Conceito de Ciência, 25 – 2. Naturalistas versus idealistas (espiritualistas, historicistas e culturalistas), 29 – 3. A Ciência Política e as dificuldades terminológicas, 37 – 4. Prisma filosófico, 40 – 5. Prisma sociológico, 41 – 6. Prisma jurídico, 43 – 7. Tendências contemporâneas para o tridimensionalismo, 45

CAPÍTULO 2 – A CIÊNCIA POLÍTICA E AS DEMAIS CIÊNCIAS SOCIAIS

1. A Ciência Política e o Direito Constitucional, 48 – 2. A Ciência Política e a Economia, 50 – 3. A Ciência Política e a História, 52 – 4. A Ciência Política e a Psicologia, 53 – 5. A Sociologia Política, uma nova ameaça à Ciência Política, 54

CAPÍTULO 3 – A SOCIEDADE E O ESTADO

1. Conceito de Sociedade, 57 – 2. A interpretação organicista da Sociedade, 58 – 3. A réplica mecanicista ao organicismo social, 60 – 4. Sociedade e Comunidade, 62 – 5. A Sociedade e o Estado, 63 – 6. Conceito de Estado, 65; 6.1 Acepção filosófica, 66; 6.2 Acepção jurídica, 66; 6.3 Acepção sociológica, 68 – 7. Elementos constitutivos do Estado, 70

CAPÍTULO 4 – POPULAÇÃO E POVO

1. Conceito de população, 72 – 2. Desafio do fantasma malthusiano ao Estado moderno, 73 – 3. A explosão demográfica ameaça o futuro da humanidade, 74 – 4. O pesadelo dos subdesenvolvidos, 76 – 5. O pessimismo das estatísticas, 77 – 6. A posição privilegiada dos países desenvolvidos, 78 – 7. Conceito político de povo, 79 – 8. Conceito jurídico, 81 – 9. Conceito sociológico, 82

CAPÍTULO 5 – A NAÇÃO

1. A Nação um conceito equívoco, 84 – 2. O erro de tomar insuladamente alguns elementos formadores do conceito de nação raça, religião e língua, 85 – 3. O conceito voluntarístico de nação, 88 – 4. O conceito naturalístico de nação, 89 – 5. Passos notáveis da obra de Renan fixando o conceito de nação, 90 – 6. A nação organizada como Estado o princípio das nacionalidades e a soberania nacional, 92

CAPÍTULO 6 – DO TERRITÓRIO DO ESTADO

1. Conceito de território, 94 – 2. O problema do mar territorial, 95 – 3. Os limites do mar territorial brasileiro, 98 – 4. Subsolo e plataforma continental, 99; 4.1 A ONU e a plataforma continental, 100; 4.2 O Brasil e a plataforma continental, 101 – 5. O espaço aéreo, 101 – 6. O espaço cósmico, 103 – 7. Exceções ao poder de império do Estado, 105 – 8. Concepção política do território, 105 – 9. Concepção jurídica do território, 106; 9.1 A teoria do território-patrimônio, 107; 9.2 A teoria do território-objeto, 108; 9.3 A teoria do território-espaço, 110; 9.4 A teoria do território-competência, 113

CAPÍTULO 7 – O PODER DO ESTADO

1. Do conceito de poder, 115 – 2. Imperatividade e natureza integrativa do poder estatal, 116 – 3. A capacidade de auto-organização, 117 – 4. A unidade e indivisibilidade do poder, 118 – 5. O princípio de legalidade e legitimidade, 119 – 6. A soberania, 119

CAPÍTULO 8 – LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DO PODER POLÍTICO

1. O princípio da legalidade, 120 – 2. O princípio da legitimidade, 121 – 3. Como se formou o princípio da legalidade e a espécie de legitimidade que esse princípio procurou estabelecer, 121 – 4. A crise histórica da legalidade e legitimidade do poder, 122 – 5. A consideração filosófica do problema da legitimidade, 124 – 6. Os fundamentos sociológicos da legitimidade, 125; 6.1 A legitimidade como representação de uma teoria dominante do poder, 125; 6.2 As três formas básicas de manifestação da legitimidade a carismática, a tradicional e a legal ou racional, 126 – 7. O aspecto jurídico da legitimidade, 127 – 8. A legitimidade no exercício do poder, 129 – 9. A legalidade e a legitimidade do poder como temas da Ciência Política, 131

CAPÍTULO 9 – A SOBERANIA

1. O problema da soberania, 132 – 2. Formação histórica do conceito de soberania, 133 – 3. Afirmação absoluta, afirmação relativa e negação do princípio de soberania, 135 – 4. Traços característicos da soberania, 136 – 5. O titular do direito de soberania as doutrinas teocráticas e as doutrinas democráticas, 137 – 6. As doutrinas teocráticas 6.1 A doutrina da natureza divina dos governantes, 138; 6.2 A doutrina da investidura divina, 139; 6.3 A doutrina da investidura

providencial, 140 – 7. As doutrinas democráticas 7.1 A doutrina da soberania popular, 140; 7.2 A doutrina da soberania nacional, 141 – 8. Revisão do conceito de soberania, 143

CAPÍTULO 10 – A SEPARAÇÃO DE PODERES

1. Origem histórica do princípio soberania e separação de poderes, 144 – 2. Os precursores da separação de poderes, 146 – 3. A doutrina da separação de poderes na obra de Montesquieu, 147 – 4. Os três poderes legislativo, executivo e judiciário, 149 – 5. As técnicas de controle como corretivo para o rigor e rigidez da separação de poderes, 151 – 6. Primado da separação de poderes na doutrina constitucional do liberalismo, 152 – 7. Em busca de um quarto poder o moderador, 155 – 8. Declínio e reavaliação do princípio da separação de poderes, 157

CAPÍTULO 11 – O ESTADO UNITÁRIO

1. Do Estado unitário, 160 – 2. O Estado unitário centralizado e as formas de centralização, 162; 2.1 Centralização política, 162; 2.2 Centralização administrativa, 162; 2.3 Centralização territorial e centralização material, 163; 2.4 Centralização concentrada, 163; 2.5 Centralização desconcentrada, 164 – 3. Vantagens e desvantagens da centralização, 165 – 4. O Estado unitário descentralizado a descentralização administrativa, 166 – 5. O Estado unitário descentralizado e o Estado federal, 168

CAPÍTULO 12 – AS UNIÕES DE ESTADOS

1. As Uniões de Estados, 170; 1.1 Uniões partidárias e Uniões desiguais, 170; 1.2 Uniões de Direito Internacional e Uniões de Direito Constitucional, 171; 1.3 Uniões simples e Uniões institucionais, 172 – 2. A União Pessoal, 173 – 3. A União Real, 175; 3.1 Teoria jurídica da União Real, 175; 3.2 Do conceito de União Real, 176; 3.3 Aspectos jurídicos, políticos e administrativos da União Real, 177; 3.4 Exemplos históricos de União Real, 178 – 4. A Confederação, 179 – 5. A “Commonwealth”, 181 – 6. As Uniões desiguais o Estado protegido e as modalidades de Protetorados, 184 – 7. Outras formas de Uniões desiguais, 186; 7.1 O Estado vassalo, 186; 7.2 O Estado sob mandato e administração fiduciária, 187 – 8. Do Protetorado “imperialista” ao Protetorado “ideológico” (e imperialista), 190

CAPÍTULO 13 – O ESTADO FEDERAL

1. Conceito de Estado federal, 193 – 2. O Estado federal como Federação, 193; 2.1 A distinção entre Federação e Confederação, 194; 2.2 A lei da participação e a lei da autonomia, 195 – 3. O Estado federal em si mesmo frente aos Estados-membros, 196; 3.1 O lado unitário da organização federal, 197; 3.2 A supremacia jurídica do Estado federal sobre os Estados federados, 198 – 4. Os Estados-membros como unidades constitutivas do sistema federativo, 199 – 5. A crise do federalismo ocaso ou transformação da ordem federativa e sua repercussão no Brasil, 202

CAPÍTULO 14 – AS FORMAS DE GOVERNO

1. Formas de governo e formas de Estado, 207 – 2. A classificação de Aristóteles monarquia, aristocracia e democracia, 208 – 3. O acréscimo romano à classificação de Aristóteles o governo misto (Cícero), 209 – 4. As modernas classificações das formas de governo de Maquiavel e Montesquieu, 210 – 5. Formas fundamentais e formas secundárias de governo (Bluntschli), 212 – 6. As formas de governo segundo o critério da separação de poderes governo parlamentar, governo presidencial e governo convencional, 213 – 7. A crise da concepção governativa e as duas modalidades básicas de governo governos pelo consentimento e governos pela coação, 213

CAPÍTULO 15 – O SISTEMA REPRESENTATIVO

1. O sistema representativo e as doutrinas políticas da representação, 216 – 2. A doutrina da “duplicidade”, alicerce do antigo sistema representativo da época do liberalismo, 219 – 3. A Revolução Francesa consolida a doutrina da “duplicidade”, 220 – 4. Apogeu na aplicação constitucional da doutrina da “duplicidade”, 223 – 5. Declínio da “duplicidade” no século XX, 226 – 6. A crítica de Rousseau ao sistema representativo, 227 – 7. A doutrina da “identidade” governantes e governados, uma só vontade, 231 – 8. A doutrina da “identidade” supõe o pluralismo da sociedade de grupos, 232 – 9. O princípio democrático da “identidade” é uma nova ilusão do sistema representativo, 234 – 10. Na dinâmica dos grupos e das categorias intermediárias se acha a nova realidade do princípio representativo, 235 – 11. A decomposição da vontade popular determinou a crise do sistema representativo do princípio da representação profissional aos grupos de pressão no Estado contemporâneo, 238 – 12. Uma nova teoria da representação política, de fundamento marxista a representação como simples relação entre governantes e governados (Sobolewsky), 241

CAPÍTULO 16 – O SUFRÁGIO

1. O sufrágio, 245 – 2. É o sufrágio direito ou função, 245 – 3. O sufrágio como “direito de função” (doutrina italiana), 247 – 4. O sufrágio restrito, 249 – 5. O sufrágio universal, 250 – 6. Restrições ao sufrágio universal 6.1 Nacionalidade, 251; 6.2 Residência, 251; 6.3 Sexo, 251; 6.4 Idade, 252; 6.5 Capacidade física ou mental, 253; 6.6 Grau de instrução, 253; 6.7 A indignidade, 254; 6.8 O serviço militar, 254; 6.9 O alistamento, 255 – 7. A propagação do sufrágio universal, 255 – 8. Sufrágio público e sufrágio secreto, 256 – 9. Sufrágio igual e sufrágio plural, 258 – 10. Modalidades de sufrágio plural 10.1 Sufrágio múltiplo, 259; 10.2 Sufrágio familiar, 259 – 11. Sufrágio direto e sufrágio indireto, 260 – 12. A participação do analfabeto, 262

CAPÍTULO 17 – OS SISTEMAS ELEITORAIS

1. Da importância dos sistemas eleitorais, 265 – 2. O sistema majoritário de representação, 265 – 3. As vantagens do sistema majoritário, 266 – 4. Os inconvenientes do sistema majoritário, 267 – 5. O sistema de representação proporcional, 269 – 6. Efeitos positivos da representação

proporcional, 269 – 7. Efeitos negativos da representação proporcional, 270 – 8. Problemas da representação proporcional a de terminação do número de candidatos eleitos (sistemas adotados), 271 – 9. O problema das “sobras” eleitorais e os métodos empregados para resolvê-lo, 272 – 10. O problema da eleição dos candidatos nas listas partidárias, 273 – 11. As “cláusulas de bloqueio” (Sperrklauseln) e a ameaça repressiva que pesa sobre os pequenos partidos, 274 – 12. O sistema eleitoral brasileiro princípio majoritário e princípio de representação proporcional, 275

CAPÍTULO 18 – O MANDATO

1. Da natureza do mandato, 277 – 2. O mandato representativo, 278 – 3. Traços característicos do mandato representativo 3.1 A generalidade, 279; 3.2 A liberdade, 279; 3.3 A irrevogabilidade, 281; 3.4 A independência, 281 – 4. O mandato imperativo, 282; 4.1 Ascensão contemporânea do mandato imperativo, 283

CAPÍTULO 19 – A DEMOCRACIA

1. Do conceito de democracia, 285 – 2. A democracia direta sua prática tradicional no Estado-cidade da Grécia, 288; 2.1 As bases da democracia grega a isonomia, a isotimia e a isagoria, 291; 2.2 O elogio histórico da democracia na antiguidade clássica, 292 – 3. A democracia indireta (representativa) e a impossibilidade do retorno à democracia direta, 293; 3.1 Os traços característicos da democracia indireta, 295; 3.2 A democracia semidireta, 295 – 4. A democracia semidireta no século XX. Apogeu e declínio de seus institutos, 296 – 5. A democracia e os partidos políticos a realidade contemporânea do Estado partidário, 298.

CAPÍTULO 20 – OS INSTITUTOS DA DEMOCRACIA SEMIDIRETA

1. Os institutos da democracia semidireta, 302 – 2. O referendun, 303; 2.1 Modalidades de “referendun”, 303; 2.2 O critério da classificação do “referendun”, 304; 2.3 O “referendun” consultivo, 305; 2.4 O “referendun” arbitral, 306; 2.5 As vantagens do “referendun”, 306; 2.6 Os inconvenientes do “referendun”, 307; 2.7 Síntese dos resultados do “referendun” no constitucionalismo contemporâneo o caráter conservador e reacionário da instituição, 308 – 3. O plebiscito, 309 – 4. A iniciativa, 311 – 5. O direito de revogação, 313; 5.1 O “recall”, 313; 5.2 O “recall” dos juizes e das decisões judiciárias, 314; 5.3 O “Abberufungsrecht”, 315 – 6. O veto, 316

CAPÍTULO 21 – O PRESIDENCIALISMO

1. As origens americanas do sistema presidencial de governo, 317 – 2. Os princípios básicos do presidencialismo, 318 – 3. Relações entre Executivo e Legislativo na forma presidencial de governo, 319 – 4. Os poderes do Presidente da República, 320 – 5. O poder presidencial nos Estados Unidos, 321 – 6. O poder presidencial no Brasil (as atribuições do Presidente da República), 322 – 7. A modernização do Poder Executivo e o perigo das “ditaduras

constitucionais”, 325 – 8. O Ministério, 325 – 9. O Ministério no presidencialismo brasileiro, 327 – 10. A figura constitucional do Vice-Presidente 10.1 A inutilidade do cargo, 328; 10.2 Um Vice-Presidente para ser ouvido e não apenas visto, 329; 10.3 O Vice-Presidente nas crises da sucessão presidencial, 330; 10.4 A valoração deliberada da Vice-Presidência nos Estados Unidos, 331; 10.5 A substituição do Presidente em caso de incapacidade, 331 – 11. A Vice-Presidência no presidencialismo brasileiro, 332 – 12. O Congresso e a competência das Câmaras no sistema presidencial, 333 – 13. O presidencialismo, técnica da democracia representativa, 334 – 14. Os vícios do presidencialismo, 335 – 15. O impeachment e a ausência de responsabilidade presidencial, 336 – 16. A eleição do Presidente da República e o impeachment no sistema presidencial brasileiro, 337 – 17. Elogio do sistema presidencial de governo, 338 – 18. O presidencialismo no Brasil surpresa e intempestividade de sua adoção, 339 – 19. O malogro da experiência presidencial e o testemunho idôneo de Rui Barbosa, 340.

CAPÍTULO 22 – O PARLAMENTARISMO

1. A formação histórica do sistema parlamentar o governo representativo e a monarquia limitada como ponto de partida, 342 – 2. O parlamentarismo dualista (monárquico-aristocrático) ou parlamentarismo clássico, 347; 2.1 A igualdade entre o executivo e o legislativo, 348; 2.2 A colaboração dos dois poderes entre si, 349; 2.3 A existência de meios de ação recíproca no funcionamento do executivo e do legislativo, 350 – 3. O parlamentarismo monista (democrático), característico do século XX, 353 – 4. Do governo parlamentar ao governo de assembleia (governo convencional), 357 – 5. Crise e transformações do parlamentarismo as tendências “racionalizadoras” contemporâneas, 359 – 6. Do pseudoparlamentarismo do Império (um parlamentarismo bastardo) ao Ato Adicional de 1961, com o malogro da nova tentativa de implantação do sistema parlamentar no Brasil, 364

CAPÍTULO 23 – OS PARTIDOS POLÍTICOS

1. Da definição do partido político, 369 – 2. O conceito de partido no século XX, 370 – 3. A impugnação doutrinária dos partidos políticos, 372 – 4. Partidos e facções, 375 – 5. O elogio do partido político e a compreensão de sua importância essencial para o Estado moderno, 376 – 6. Omissão e presença dos partidos políticos na literatura política e jurídica, 378 – 7. Os partidos políticos como realidade sociológica sua ausência dos textos constitucionais, 379 – 8. Os partidos políticos como realidade jurídica tendência contemporânea para inseri-los nas Constituições, 382 – 9. As modalidades de partidos pessoais e partidos reais (Hume), partidos de patronagem e partidos ideológicos (Weber), partidos de opinião e partidos de massas (Burdeau), partidos do movimento e partidos da conservação (Nawiasky), 385

CAPÍTULO 24 – OS SISTEMAS DE PARTIDOS

1. Sistema bipartidário, 389 – 2. O sistema multipartidário, 391 – 3. O partido único, 393 – 4. A teoria marxista do partido político, 396 – 5. A representação profissional e os partidos políticos, 399 – 6. O partido político na Inglaterra, 400 – 7. O partido político nos Estados Unidos, 402.

CAPÍTULO 25 – O PARTIDO POLÍTICO NO BRASIL

1. A escassez de estudos sobre o partido político no Brasil, 406 – 2. Conservadores e liberais, no Império, reduzidos a um só partido o do poder, 407 – 3. Mentalidade antipartidária e estadualismo dos partidos na República Velha, 409 – 4. A reforma eleitoral e o partido político depois da Revolução de 1930, 410 – 5. O retrocesso do Estado Novo extinção dos partidos políticos e malogro do partido único, 411 – 6. A institucionalização jurídica dos partidos políticos no Brasil (o avanço da Constituição de 1946) e a crise do partido nacional, 412 – 7. Requisitos para a formação dos partidos e evolução do sistema partidário nas Constituições brasileiras, 415 – 8. O novo Estado partidário do constitucionalismo brasileiro, 417; 8.1 O regime representativo e democrático, 417; 8.2 A personalidade jurídica, 420; 8.3 A atuação permanente, 420; 8.4 A fiscalização financeira, 422; 8.5 A disciplina partidária, 424; 8.6 Âmbito nacional, 425; 8.7 A vedação de coligações partidárias, 427 – 9. A dimensão sociológica do partido político brasileiro, 428

CAPÍTULO 26 – REVOLUÇÃO E GOLPE DE ESTADO

1. Controvérsias em torno do conceito de revolução, 433 – 2. Conceito histórico-cultural, 437 – 3. Conceito sociológico, 439 – 4. Conceito jurídico, 441 – 5. Conceito político, 442 – 6. Origem e causa das revoluções, 444 – 7. As distintas fases da ação revolucionária, 446 – 8. A crítica da revolução, 448 – 9. A reforma, 451 – 10. A contrarrevolução, 452 – 11. O golpe de Estado, 454 – 12. A técnica do golpe de Estado, 456 – 13. Golpe de Estado e revolução, 457.

CAPÍTULO 27 – OS GRUPOS DE PRESSÃO E A TECNOCRACIA

1. Conceito e importância dos grupos de pressão, 460 – 2. Os grupos de pressão e os partidos políticos, 463 – 3. Modalidades dos grupos e sua organização, 465 – 4. A técnica de ação e combate dos grupos de pressão, 467 – 5. A institucionalização dos grupos de pressão, 469 – 6. O aspecto negativo, 471 – 7. O aspecto positivo, 473 – 8. Corretivos à ação dos grupos, 475 – 9. Na tecnocracia, a terceira ameaça 477

CAPÍTULO 28 – A OPINIÃO PÚBLICA

1. A opinião pública, um dos temas de mais difícil caracterização na Ciência Política, 481 – 2. Do conceito de opinião pública, 483 – 3. A opinião pública e sua aparição no pensamento político, 484 – 4. Pensadores políticos e estadistas proclamam o poder da opinião pública, 485 – 5. O Estado liberal e o dogma da opinião pública, 488 – 6. O Estado autoritário e a opinião pública, 490 – 7. A sociedade de massas e a natureza irracional da opinião pública, 494 – 8. Possível